

O. Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e de Populações Extrativistas

A descrição dos aspectos que caracterizam as etnias indígenas, que historicamente ocuparam o território atualmente composto pelos municípios da Área de Influência do empreendimento, vem em atendimento ao item constante do Termo de Referência que orienta este Estudo de Impacto Ambiental. Entretanto, destaca-se que as atividades de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural na área abrangida pelo Bloco BM-C-41 na Bacia de Campos não influenciam as áreas continentais remanescentes da ocupação dos antigos povos nesta região.

Visto que as espoliações e extermínios dos povos tradicionais e étnicos no país terem sido feitos quase sem registros e documentação, para o entendimento da história de um povo ou de uma comunidade, não basta considerar somente os registros oficiais da ocorrência dos fatos históricos. Outras fontes devem ser levadas em conta para que se alcance um grau mais acurado de confiabilidade da reconstituição histórica. Assim, a história de qualquer localidade do território brasileiro é parcial quando considerada somente a participação, enquanto agente da história, do elemento europeu, ou indígena, por intermédio do colonizador.

Considerando o exposto, este estudo utilizou bibliografias fundamentais para a compreensão do tema na Área de Influência (Nimuendaju, 1987, Lamego, 1974, entre outros), bem como dados das instituições oficiais competentes (FUNAI, FUNASA).

Os dados obtidos serão apresentados a seguir; primeiramente, serão apresentadas as populações indígenas e, posteriormente, as populações extrativistas que, por sua vez, enquanto categoria fundamentada em atividades produtivas poderão, eventualmente, estar associadas a uma identidade étnica – comumente indígena ou quilombola.

a) Caracterização das Etnias Indígenas

A história dos índios no Brasil é marcada por um intenso processo de lutas contra a dominação, espoliação e extermínio, assim como de resistências às diversas tentativas de negação de suas identidades e culturas. Outras afirmativas sobre o histórico dos povos indígenas no país esbarram nas inúmeras lacunas das fontes oficiais por ignorarem o papel do índio na história nacional, a partir de uma visão que omite ou atribui aos silvícolas um papel secundário, ou relegando a estes um papel de vítima passiva no processo histórico de ocupação territorial. O

elemento indígena, embora omitido, tem grande participação no processo histórico de formação da sociedade e multiculturalidade brasileira.

O conhecimento histórico disponível trata de um passado recente e evidencia novas unidades e culturas, cujas homogeneidades estão fundadas, em parte, no compartilhamento de trajetórias. Paradoxalmente a esta porção da história, tem-se o fracionamento étnico. Neste sentido, Cunha (1992) defende a idéia das unidades sociais que conhecemos hoje serem resultado de um processo de atomização e de reagrupamentos de grupos linguisticamente diversos em unidades ao mesmo tempo culturalmente semelhantes e etnicamente diversas.

Para a reconstituição da história dos povos indígenas, o entendimento em relação à dispersão e evolução das línguas é de suma importância. A reconstrução das línguas pode fornecer dados muito precisos sobre as suas origens, dispersão e contatos entre os diferentes grupos, bem como a cronologia desse grupo, chegando a inferir na formação dos seus territórios.

Outro fator a ser destacado é o horizonte tecnológico, caracterizado por grupos originários de padrões de caçadores-coletores, que adquirem as técnicas de manufatura da cerâmica e, posteriormente, desenvolvem a agricultura.

A dieta alimentar desses grupos era composta, principalmente, por pescado, crustáceos, gastrópodes e moluscos. A mandioca e a caça eram utilizadas para complementar a alimentação. Durante a fase agrária, a principal característica desses grupos foi a horticultura sedentária. Vale registrar, ainda, que esses grupos migravam com muita frequência.

Entretanto, o principal fator que agregava esses grupos era mesmo a língua. Segundo os registros etnográficos para o litoral fluminense e sul do Espírito Santo, os grupos que habitavam a Área de Influência do empreendimento são pertencentes aos troncos linguísticos Tupi, que significa “língua boa” (Marconi & Presotto, 1998) e Gê. Apesar da multiplicidade de famílias linguísticas e de grupos indígenas que ocupavam o litoral, o tronco Tupi era o mais numeroso deles. Atualmente, esta família linguística é composta por 26 grupos, reunidos em sete famílias. É importante registrar que esse é o tronco linguístico de maior influência na cultura e na sociedade brasileira. Mesmo após o contato com os portugueses, o tupi-guarani foi a língua mais falada em nosso território durante três séculos.

Entre os povos pertencentes ao tronco linguístico Tupi, a família denominada Tupi-guarani era a mais numerosa. Figuram entre esses grupos os Tupinambá, os Tamoio, os Tupinikim, os Temiminó, os Tape, os Caeté, os Tabajara, os Potiguara, entre outros. Entre os pertencentes ao tronco linguístico Gê, figuram os Goitacá.

Na área em estudo, foi identificada a presença de tribos Tamoio, na Região dos Lagos; Goitacá, no norte do Rio de Janeiro; e Temiminó, no sul do Espírito Santo. O termo

tupi-guarani Tamuya, Tamoyo ou ainda Tamuja (Tamoios) significa "o avô, o mais velho, o mais antigo". O significado exato do termo tupi-guarani Goytaca, Guataca ou Waitaká ainda encontra-se controverso. Para uns, significa "corredores da mata"; para outros, "índios nadadores". Os índios Tamoio e os Goitacá ficaram conhecidos como os indígenas mais cruéis do território brasileiro.

Entre os grupos pertencentes ao tronco linguístico Jê, foram identificados os grupos Coroado e Goitacá, os dois principais grupos indígenas não Tupi que habitaram a região.

No passado, os indígenas viviam espalhados em aldeias, compostas de 500 a 3.000 habitantes ao longo de toda a faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro, chegando a se dispersar por algumas áreas serranas do estado, situadas ao longo do rio Paraíba do Sul. Os Goitacá ocupavam a área entre os municípios de Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, estendendo-se até o litoral do Espírito Santo. Os registros etnográficos apontam que a maior concentração desse grupo se deu ao longo da foz do rio Paraíba do Sul, no município de São João da Barra e nas beiras das lagoas da região. Nota-se que no território do estado do Rio de Janeiro, os grupos Puri e Coroado apresentavam-se em toda a extensão norte, desde o rio Paraíba do Sul até o rio Itabapoana, tendo mostrado um fluxo entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Já os índios Temiminó ocuparam o litoral sul do Espírito Santo, estendendo-se até o município de Serra.

A origem dos índios Puri-Cororado, segundo Lamego (1974), remonta à união entre os Goitacá e os Koropó. Embora haja uma discussão na comunidade acadêmica sobre a real origem desse grupo, há autores que os consideram como descendentes dos Puri, que se mesclaram com os Tupi e os Suruçu, resultante da expansão europeia, auxiliada pela expansão dos grupos de língua Tupi, associados com o colonizador europeu. Esses grupos ocuparam toda a região da serra do Rio de Janeiro, até Minas Gerais, chegando a interagir com os grupos que lá viviam.

O registro etnohistórico da região litorânea do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo, observada em Nimuendaju (1987), relaciona, como tronco linguístico principal existente na região, o Tupi, relacionando as seguintes línguas: Tamoio, Tupinambá e Tupinaki. Esse tronco apresenta uma dispersão centrada no litoral, mas ocupa quase toda a extensão do território do estado do Rio de Janeiro. De acordo com Fausto (2005), os Tupinambá dominavam toda a costa desde o litoral norte de São Paulo até o município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro; do Recôncavo baiano à foz do São Francisco, alcançando o litoral da Paraíba até o Ceará, bem como os vales dos rios que deságuam no mar. Segundo estudos arqueológicos, havia cerca de 50 aldeias tupinambá na região em questão, estimando-se uma população que poderia variar de 25.000 a 75.000 habitantes antes da conquista europeia.

Outro tronco linguístico menos expressivo, presente no entorno da região em questão, é o Matakó, oriundo do denominado tronco Macro-Gê com os grupos Puri e Coroado. Sua dispersão está centrada na área serrana do estado do Rio de Janeiro, em especial, próximo à divisa com Minas Gerais, principalmente entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana. Alguns grupos de línguas isoladas são colocados por Nimuendaju (*op. cit.*) no entorno da região. São eles: Sacarú, Xumetó/Pitá, Arary e Guaru. O Quadro 5.3.1-73, a seguir, mostra a situação histórica desses grupos.

Quadro 5.3.1-73. Relação histórica dos grupos étnicos da região e seu entorno.

GRUPO	FAMÍLIA	DOCUMENTAÇÃO	
		DATA DE REGISTRO	SITUAÇÃO
Tupinambá	Tupi	1554-1582	Extinta
Tamoio	Tupi	1597	Extinta
Tupinaki	Tupi	1619	Extinta
Goitacá	Gê	1554-1680	Extinta
Puri	Matakó	1800	Extinta
Coroado	Matakó	1750-1818	Extinta
Sacaru	Isolada	1819	Extinta
Xumetó/Pitá	Isolada	1814	Extinta
Arary	Isolada	1814	Extinta
Guaru	Isolada	1650-1700	Extinta

Fonte: Nimuendaju, 1987.

b) Registros Atuais

◆ Comunidades Indígenas

O panorama apresentado, no entanto, foi drasticamente alterado a partir do início da colonização e, conforme foi apresentado no Quadro 5.3.1-75, não existem remanescentes dessas populações que tenham permanecido até os dias atuais.

No estado do Rio de Janeiro, os registros da Fundação Nacional do Índio - FUNAI apontam a presença de três Terras Indígenas demarcadas, todas localizadas no litoral sul fluminense, uma no município de Angra dos Reis e duas em Parati, portanto, fora da Área de Influência do empreendimento. De acordo com dados obtidos junto ao CIMI – Conselho Indigenista Missionário (2010), cerca de 590 indivíduos da etnia guarani vivem nestas áreas.

No estado do Espírito Santo, os registros da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2010) apontam a presença de quatro áreas indígenas demarcadas, todas localizadas no município de Aracruz, fora da Área de Influência do empreendimento. De acordo com dados obtidos junto à FUNASA (2010), cerca de 370 indivíduos das etnias guarani, pataxó, tupi e tupiniquim vivem nestas áreas.

Em relação às fontes consultadas para este estudo, portanto, é possível afirmar que o território composto pelos municípios da Área de Influência do empreendimento não possui Terras Indígenas demarcadas ou em processo de demarcação, registradas atualmente junto à FUNAI.

◆ Populações Extrativistas

O extrativismo configura-se como a prática de extração de recursos da natureza, podendo ser vegetal, animal ou mineral. Consequentemente, atribui-se a expressão população extrativista à toda aquela coletividade cuja prática do extrativismo representa importância tanto produtiva, quanto reprodutiva, uma vez que atribui elementos à identidade do grupo social que a pratica.

Tratando-se de uma categoria integrante do conceito de “Populações Tradicionais”, suas práticas são exercidas com um cuidado em relação ao ambiente natural, com o objetivo de dar continuidade aos recursos explorados. Para estas populações, o extrativismo deve ser sinônimo de sustentabilidade, de um modelo de desenvolvimento que considera os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais de sua coletividade.

Entre essas populações, podem ser incluídas as comunidades indígenas, assim como outros saberes e modos de vida podem ser inseridos neste conceito. Um deles é o das comunidades caiçaras.

A cultura do pescador tradicional do litoral sudeste pode ser vista como uma subcultura “crioula e cabocla”, decorrente da miscigenação dos elementos indígena, negro e branco (Arnt; Wainer, 2006). Ao longo da história, os caiçaras apresentaram uma forma de vida baseada na agricultura itinerante, na pesca artesanal, no extrativismo vegetal e no artesanato. Essa cultura desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e também é encontrada no litoral do Paraná e no litoral norte de Santa Catarina.

Por desenvolverem atividades relacionadas ao ambiente costeiro, principalmente em relação à pesca artesanal e à coleta de mariscos, essa população pode ser afetada em caso de vazamentos acidentais que possam comprometer a qualidade e quantidade do pescado marinho disponível.

O termo caiçara vem da junção dos termos tupi *cáa* (mato) e *içara* (armadilha), palavra usada para identificar as paliçadas em torno de aldeias e roças, associadas à proteção e à sobrevivência. A cultura caiçara possui traços visíveis de comunidades tradicionais rústicas, semelhantes às encontradas no momento da formação das comunidades litorâneas após a colonização europeia (Silva *et al*, 2006).

A pesca artesanal é identificada na Área de Influência do empreendimento como uma importante atividade econômica ligada às populações litorâneas. Além dos pescadores artesanais, caracterizados em item específico deste documento, existem populações caiçaras localizadas apenas no litoral sul do Rio de Janeiro, portanto, fora da Área de Influência do empreendimento.

Cabe, ainda, destacar a Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo - RESEX, criada em 1997, onde o recurso manejado é a pesca. Esta Reserva localiza-se entre os municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio, em uma área de 232 ha e se caracteriza pela prática da pesca artesanal, atividade tradicional na região, que tem a finalidade de garantir a exploração auto-sustentável, bem como a conservação dos recursos naturais renováveis, utilizados tradicionalmente pela população extrativista da região (IBAMA, 2010). Cabe acrescentar que a RESEX encontra-se caracterizada neste diagnóstico no item 5.3.N. Caracterização da Atividade Pesqueira.

◆ Comunidades Quilombolas

Outra comunidade considerada tradicional é a quilombola. A denominação quilombo define grupos sociais afro-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou se rebelaram contra o sistema e contra sua condição de cativos, formando territórios independentes.

Uma comunidade quilombola é definida, de acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Dentro da Área de Influência do empreendimento existem, ao todo, quatro comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com informações obtidas junto à Fundação Cultural Palmares (2010). São elas: Preto Forro e Botafogo, em Cabo Frio; e as comunidades Rasa e Rosa, em Armação dos Búzios.